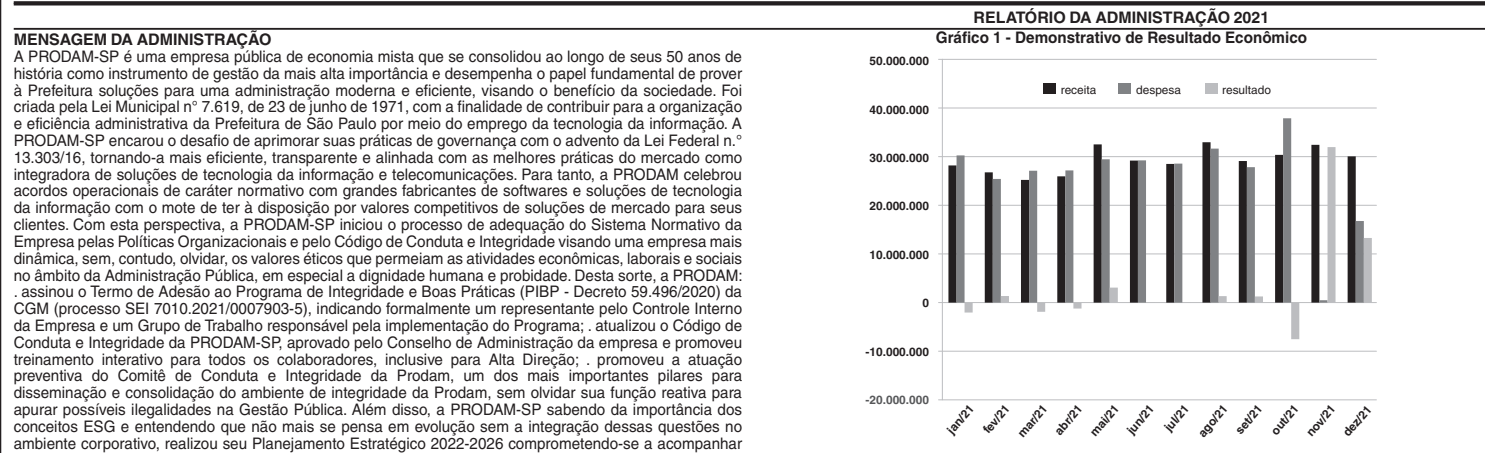




Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S.A.



Prefeitura do Município de São Paulo



Em 2021, foram contabilizados na conta investimentos o montante de R\$ 33.611 milhões (Gráfico 2). É importante frisar que não houve aporte de capital por parte de nosso acionista. Os investimentos estão sendo feitos para adequar e atualizar a infraestrutura da Empresa, viabilizados com o excelente saldo de caixa de 2020.

Gráfico 2 - Fluxo Anual de Investimentos x Aporte de Capital

O ano de 2021 encerrou com disponibilidade de caixa na ordem de R\$ 113,3 milhões. O Gráfico 3 mostra que este é o segundo melhor resultado em 10 anos. Este resultado garante segurança à continuidade dos investimentos que serão injetados na Empresa ao longo do próximo ano demonstrando, inclusive, a não dependência da PRODAM em relação ao Tesouro Municipal, para o pagamento de despesas operacionais.

Gráfico 3 - Disponibilidade Anual do Fluxo de Caixa

O Prazo Médio para recebimento de Faturas (Gráfico 4) apresenta o melhor resultado dos últimos 10 anos, o período de 70 dias em 2020, caiu para 46 dias, ou seja, redução de mais de 34%. Isto foi possível em razão da implementação dos processos eletrônicos (SEI) no faturamento de serviços prestados, além da eficiente gestão de recebimento implantada em nossa área financeira, que reduziu em mais de 25% a posição de faturas a receber, em 31/12/2021.

Gráfico 4 - Prazo Médio de Recebimento de Faturas

O Prazo Médio para recebimento de Faturas (Gráfico 4) apresenta o melhor resultado dos últimos 10 anos, o período de 70 dias em 2020, caiu para 46 dias, ou seja, redução de mais de 34%. Isto foi possível em razão da implementação dos processos eletrônicos (SEI) no faturamento de serviços prestados, além da eficiente gestão de recebimento implantada em nossa área financeira, que reduziu em mais de 25% a posição de faturas a receber, em 31/12/2021.

Gráfico 5 - Margem de Lucro

Conforme se observa no Gráfico 9, o resultado do fechamento acordado no Compromisso de Desempenho Institucional (CDI) para o exercício de 2021 no âmbito da Junta Orçamentária e Financeira (JOF) que foi firmado com a PRODAM, demonstra um bom desempenho, mesmo ante o cenário de regularização do ISS, não prevista inicialmente, uma vez que é possível visualizar a superação de quase todas as metas, com exceção do desembolso com investimentos, que ficou 17% abaixo do acordado, o total de desembolso ficou acima do esperado, dado o pagamento de parte da dívida do ISS em parcela única, que representou numa economia de mais de R\$ 50 milhões e o Resultado Operacional Bruto que ficou abaixo do acordado, principalmente em razão da retomada do pagamento do ISS e reconhecimento da dívida de 2014 a 2021, objeto da arbitragem que estava em andamento na Procuradoria Geral do Município de São Paulo (PGM), foi auferido um ótimo controle das despesas com pessoal, mantendo o desembolso total dentro da meta. Para esta meta, destacamos que os esforços foram ampliados, uma vez a previsão foi realizada com perspectiva de inflação abaixo da registrada. Na Tesouraria, tivemos uma boa calibragem, gerando um saldo final acima do acordado, em 73%, o segundo mais elevado saldo nos últimos 10 anos.

Gráfico 9 - Comparativo do Acordado no CDI com o Realizado

Conforme se observa no Gráfico 9, o resultado do fechamento acordado no Compromisso de Desempenho Institucional (CDI) para o exercício de 2021 no âmbito da Junta Orçamentária e Financeira (JOF) que foi firmado com a PRODAM, demonstra um bom desempenho, mesmo ante o cenário de regularização do ISS, não prevista inicialmente, uma vez que é possível visualizar a superação de quase todas as metas, com exceção do desembolso com investimentos, que ficou 17% abaixo do acordado, o total de desembolso ficou acima do esperado, dado o pagamento de parte da dívida do ISS em parcela única, que representou numa economia de mais de R\$ 50 milhões e o Resultado Operacional Bruto que ficou abaixo do acordado, principalmente em razão da retomada do pagamento do ISS e reconhecimento da dívida de 2014 a 2021, objeto da arbitragem que estava em andamento na Procuradoria Geral do Município de São Paulo (PGM), foi auferido um ótimo controle das despesas com pessoal, mantendo o desembolso total dentro da meta. Para esta meta, destacamos que os esforços foram ampliados, uma vez a previsão foi realizada com perspectiva de inflação abaixo da registrada. Na Tesouraria, tivemos uma boa calibragem, gerando um saldo final acima do acordado, em 73%, o segundo mais elevado saldo nos últimos 10 anos.

Gráfico 9 - Comparativo do Acordado no CDI com o Realizado

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	31/12/21	31/12/20	Passivo	Nota
Circulante				Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	1	113.321	127.670	Fornecedores	11
Contas a receber	2	44.096	64.476	Ordenados e salários a pagar	52
Impostos e contribuições a recuperar	3	20.159	13.195	Obrigações com arrendamento	12
Estoque	4	1.274	2.223	Contas a pagar	13
Despesas antecipadas	4	1.274	2.223	Contribuições sociais a recolher	13
Outras contas a receber	5	2.163	1.629	Impostos a pagar	14
Total do ativo circulante		181.062	209.276	Provisão para férias e encargos	15
Não circulante				Adiantamentos	290
Restituições requeridas	6	6.273	6.273	Total do passivo circulante	83.898
Depósito judicial	7	2.095	2.108	Não circulante	
Outros valores a receber	8	1.524	2.093	Provisão para contingências II	16
Impostos Diferidos e Contrib. A Compensar	3	2.903	51.845	Provisão ISS s/Receita	16
Investimentos	1	1	1	Parcelamento ISS PAT/PPI	17
Imobilizado	9	32.581	26.117	Obrigações com arrendamento	12
Direito de uso - arrendamento	10	26.059	12.516	Adiantamentos	290
Intangível	10	26.059	12.516	Total do passivo não circulante	46.301
Direito de uso - arrendamento	-	-	930	Patrimônio líquido	
Total do ativo não circulante		77.884	109.241	Capital social	245.388
Total do ativo		258.946	318.517	Reservas de capital	72
				Ajustes de Avaliação Patrimonial	6.190
				Prejuízos Acumulados	(122.903)
				Total do patrimônio líquido	128.747
				Total passivo	258.946

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)					
	Capital Social	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020	245.388	72	7.752	(60.029)	193.183
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(814)	614	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(614)	614	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	245.388	72	6.938	(171.001)	81.397
Lucro líquido do exercício	-	-	-	47.350	47.350
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	(748)	748	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	245.388	72	6.190	(122.903)	128.747

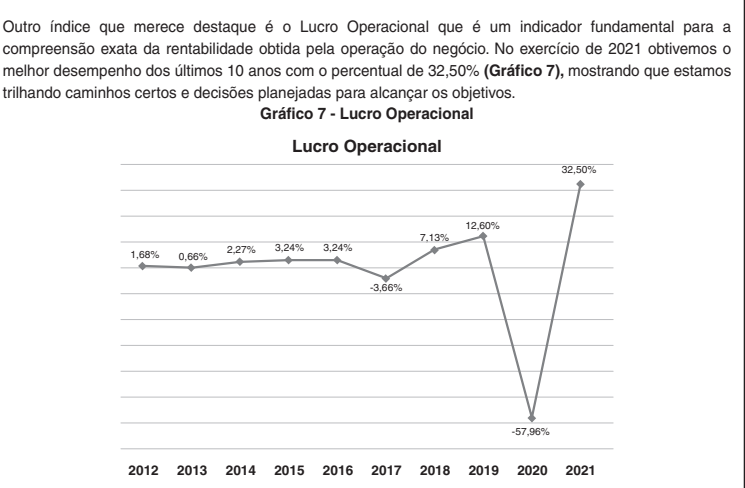
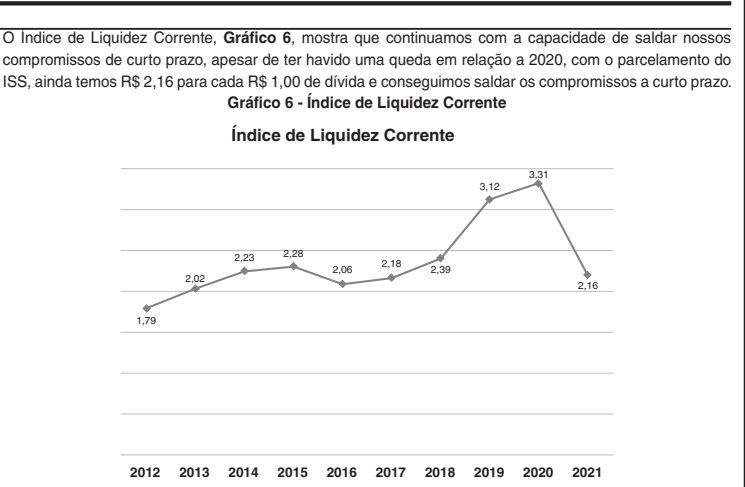
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - Prodram - SP S/A, sociedade de economia mista constituída pela Lei Municipal nº 7.619/97, tem a finalidade de contribuir para a organização administrativa da Prefeitura da Cidade de São Paulo, como instrumento de gestão. Atua a prefeitura na elaboração das políticas de informação e de informática da Cidade, assim como atua na modernização dos órgãos e entidades municipais, oferecendo serviços na área de tecnologia da informação e comunicação-TIC. Os sistemas desenvolvidos pela Prodram estão dirigidos principalmente para automação da gestão pública, geoprocessamento, aplicações para as áreas de educação, saúde, esporte, cultura e outras, além do acompanhamento de diversificados processos administrativos. A Prodram está registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nº 35300036824, e CNPJ nº 43076702/0001-61, e sua sede está localizada à Rua Libero Badur, 425 - Centro - São Paulo - SP - CEP 01009-905. **1.1 Impactos do Coronavírus (Covid-19):** Após o primeiro ano do CORONAVÍRUS (Covid-19) e com o surto de suas variantes no final de 2021, a empresa para preservar seus colaboradores, continua optando pelo Teletrabalho, enquanto apenas as equipes estritamente necessárias à operação fazem revezamento presencial. Continuamos nessa modalidade praticada de teletrabalho, contudo, a Administração vem prestando e concluindo os serviços nos prazos avançados, sem que houvesse a necessidade de medidas mais drásticas por parte da administração. As comissões criadas continuam a acompanhar a vacinação obrigatória dos funcionários por força do Decreto 60.442 de 06/08/2021 e a fazer campanhas de distanciamento, utilização de álcool gel e máscara, campanha de vacinação contra a Influenza com agendamentos prévio e maciço e um processo de comunicação alertando e orientando os funcionários sobre a importância da vacinação. Nenhuma atividade essencial à PMSP, Secretarias, Autarquias e, por fim, aos Municípios da Cidade de São Paulo foi interrompida, prejudicada ou houve menor produtividade apresentada em decorrência da adoção do regime de teletrabalho. A entrada de recursos financeiros também cresceu em 7,89% em relação a 2020, o que comprova que apesar dos problemas criados pela pandemia, conseguimos manter o foco e seguir acompanhando o planejamento traçado.

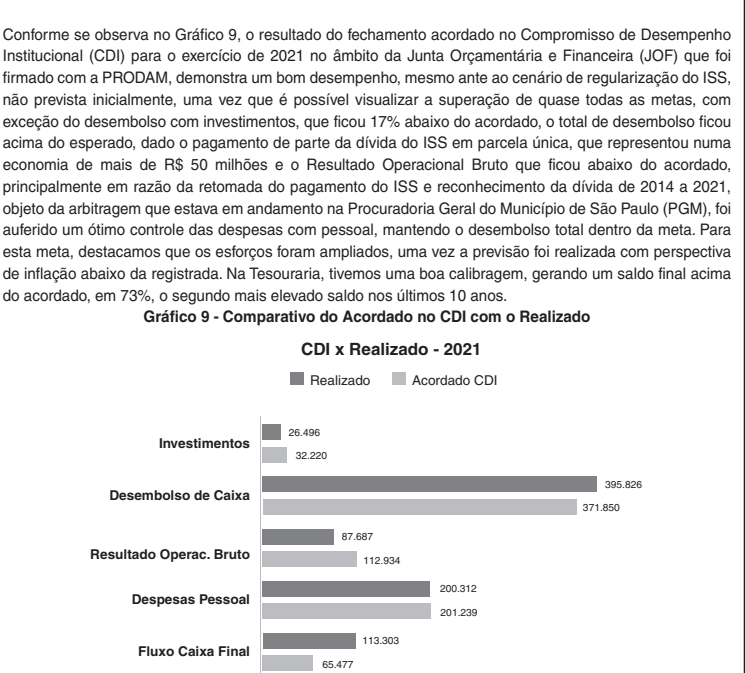
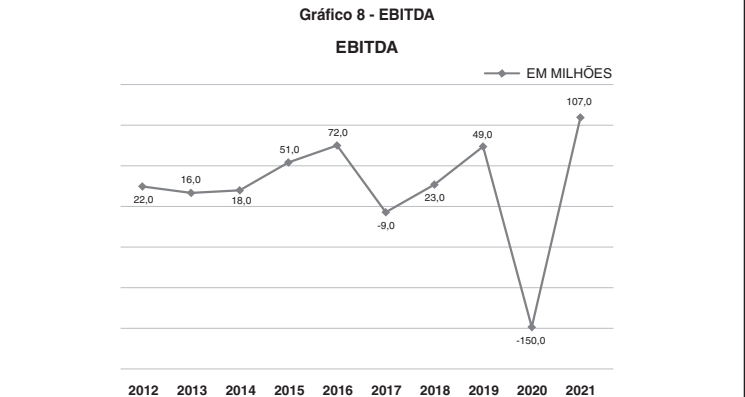
VALORES RECEBIDOS (R\$ 1.000)

que incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas de créditos a receber, estimativas de valor justo de certos instrumentos financeiros, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes, portanto, os resultados futuros poderão divergir das estimativas e pressups realizadas. **2.1 Continuidade operacional:** A Administração considera que a empresa possui condições para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando, consistentes com o seu plano de negócios preparado no início de cada exercício, que compreende os planos de investimento de capital, os planos estratégicos, as metas corporativas. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos competentes, podendo sofrer alterações. **2.2 Transação com partes relacionadas:** Quase que a totalidade das ações (99,99%), sob de titularidade da Prefeitura do Município de São Paulo, portanto, controladora da Empresa e como maior acionista, elege nas assembleias os seus representantes e o corpo diretivo. Considerando que a Prodram, criada por lei municipal, tem como principal objeto atender as necessidades da Prefeitura de São Paulo, a Prodram é uma entidade controlada pela Prefeitura de São Paulo, sob o controle da Prefeitura de São Paulo, sob



Como podemos observar no Gráfico 8, o EBITDA é a medida utilizada pela Administração da Empresa para demonstrar seu desempenho. É calculado excluindo-se do lucro líquido do exercício os efeitos das receitas (despesas) financeiras líquidas, do imposto de renda e da contribuição social, da depreciação, da amortização e das receitas (despesas) não-operacionais. O EBITDA em 2021 foi de R\$ 107 milhões, o melhor índice dos últimos 10 anos.

Gráfico 8 - EBITDA



As Demonstrações Contábeis completas relativas ao exercício de 2021 estão apresentadas a seguir.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	19	297.669	271.090
Custos operacionais	20	(209.982)	(194.513)
Resultado bruto		87.687	76.577
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(65.203)	(59.717)
Provisões/reversões/outras despesas	22	66.879	(177.454)
Outras despesas/receitas operacionais		3.544	741
Lucro antes do Resultado Financeiro		92.907	(159.853)
Despesas financeiras		(1.056)	(296)
Receitas financeiras	23	4.902	3.037
Resultado Financeiro		3.846	2.741
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		96.753	(157.112)
Imposto de renda e contribuição social corrente	24	-	(5.160)
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		96.753	(162.272)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	24	(49.403)	50.486
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		47.350	(111.786)
Lucro (Prejuízo) por ação		0,13	(0,31)
Resultado Abrangente		2.021	2.020
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício		47.350	(111.786)
Outros resultados abrangentes		-	-
Resultado abrangente total		47.350	(111.786)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)			
	31/12/2021	31/12/2020	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	47.350	(111.786)	
Ajustes ao Lucro Líquido	(146.365)	137.200	
Depreciação/Amortização	17.304	12.239	
Provisões trabalhistas	1.444	624	
Provisões de PCLD	-	23.970	
Reversão de contingências trabalhistas/tributárias	(160.193)	(4.883)	
Provisão para IRPJ/CSLL	-	4.457	
Provisão para IRPJ/CSLL - Diferido	-	(50.486)	
Provisão para ISS s/ receita	-	160.193	
Reversão de PECLD	(7.779)	-	
Reversão de Provisão para Desvalorização	(125)	-	
Baixa/Transfência Benefícios Im. Terceiros	2.984	-	
Variações Ativos/Passivos Circ. e Não Circulantes	122.995	47.689	
Contas a receber	28.158	23.191	
Impostos e contribuições a recuperar	41.978	8.652	
Estoques	35	(45)	
Despesas antecipadas	949	(1.142)	
Outras contas a receber	(534)	505	
Depósito judicial	13	3.962	
Outros valores a receber	569	519	
Fornecedores	2.740	3.360	
Ordenados, Salários a pagar e Provisão para Férias	1.563	16	
Arrendamento	(4.040)	10.051	
Contas a pagar	669	(189)	
Contribuições sociais a recolher	6.305	(1.627)	
Impostos a pagar	11.488	852	
Adiantamentos	(387)	(387)	
Parcelamentos ISS	33.489	-	
Caixa líquido (Aplicado) gerado pelas atividades operacionais	122.995	47.689	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de Ativo Imobilizado/Arrendamentos e Intangível	(38.330)	(18.036)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(38.330)	(18.036)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	(14.350)	55.067	
No início do exercício	127.671	72.604	
No fim do exercício	113.321	127.671	
Aumento e/ou (Redução) do caixa e equivalentes	(14.350)	55.067	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

recuperar: Composto pelo imposto de renda e contribuição social a recuperar, derivados de antecipações e retenção na fonte. Composto o saldo, também se encontram valores relativos à INSS, PASEP e COFINS a compensar. **3.4 Estoques:** Os estoques de materiais de consumo estão registrados ao custo médio de aquisição, inferior ao valor de mercado. **3.5 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são aquelas pagas ou devidas com antecedência, referindo-se a períodos de competência subsequentes. São apresentadas no balanço pelas importâncias pagas, diminuídas das apropriações efetuadas no período, de forma a obedecer ao regime de competência. Referem-se aos valores pagos na aquisição de Seguros, Vales Alimentação e Refeição, e Assinaturas de Periódicos. **3.6 Outras contas a receber:** Valores referentes às importâncias devidas à PRODAM por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no País. **3.7 Restituições requeridas:** Corresponde a valores de INSS retido na fonte por clientes, onde foi apurado excesso de pagamentos sobre as antecipações das prestações do REFIN, cujo processo se encontra na Receita Federal do Brasil, ainda não homologado. **3.8 Depósitos**



continuação		Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação		do Município de São Paulo - PRODAM-SP S.A.		CNPJ/MF nº 43.076.702/0001-61		Prefeitura do Município de São Paulo									
		tecnologia da informação e comunicação															
judiciais: Corresponde à depósitos judiciais trabalhistas, cíveis e tributário, relativos a processos em que a Companhia é parte passiva. 3.9 Outros valores a receber: Refere-se à acordo a receber da SPTRANS em 2019, correspondente a pagamentos efetuados à PMSP e imputados pela RFB na amortização de parcelamento a outras empresas municipais integrantes do TADF (Termo de Amortização de Dívida Fiscal) / Parcelamento de INSS. 3.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, e são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, ajustado nos termos da legislação vigente, sendo utilizado a metodologia do Lucro Real. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente sendo: 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder à R\$ 240 mil anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social. Portanto, as adições ao lucro contábil das despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. 3.11 Imobilizado: Os grupos de: edificações e bens móveis são demonstrados pelo custo de aquisição, acrescidos de valores de reavaliação, realizada em exercícios anteriores, e deduzida a respectiva depreciação. As contas de reavaliação estão segregadas das contas de custo histórico, tendo a Administração, controle financeiro efetivo, através de sistema operacional independente. Os demais itens do imobilizado estão demonstrados pelo custo de aquisição ou de construção, deduzida a referida depreciação acumulada. Os encargos de depreciação, amortização e exaustão foram calculados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Gastos com reparos e manutenção nos bens são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo, quando for provável que os benefícios econômicos futuros ultrapassem o padrão de desempenho, inicialmente avaliado para o ativo, e que fluirão para a companhia. 3.12 Intangível: O intangível está registrado ao custo de aquisição, deduzido das amortizações. A amortização dos gastos com softwares é calculada pelo método linear, à taxa de 20%. Para atendimento da NBC TG 06 (R3) - Arrendamentos, foram contabilizados os contratos de locação de imóvel, assim como de equipamentos de Direito de Uso de Softwares. 3.13 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros "impairment": A Administração da Empresa revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Os ativos não financeiros que sofreram impairment em exercícios anteriores, são revisados, quanto à possível reversão da provisão, na data de apresentação do balanço. 3.14 Fornecedores: Correspondem aos valores a pagar a fornecedores que suportam as operações de serviços e materiais de acordo com a sazonalidade. A Companhia não calcula e reconhece o ajuste a valor presente de tal obrigação, pelo fato da liquidação (pagamento), ocorrer em até 90 (noventa) dias, prazo em que não há a obrigatorialidade do cálculo e reconhecimento dos referidos ajustes, conforme preceitua a NBC TG 12. 3.15 Contribuições sociais a recolher: Corresponde à valores de contribuições de PASEP/COFINS e CPRB, que passaram a partir do ano de 2018, serem recolhidos por diferimento, ou seja, conforme recebimento do faturamento. 3.16 Impostos a pagar: Corresponde à valores de IR, INSS e ISS, retidos na fonte sobre serviços de terceiros, e incidentes sobre o faturamento. 3.17 Provisão para férias e encargos: A provisão refere-se as obrigações de Férias e encargos sociais e previdenciários, em obediência ao princípio de competência. 3.18 Provisão para contingência: Provisões são constituídas para todas as contingências, referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para liquidar uma obrigação, e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. Dessa forma, a Empresa revisou as premissas de avaliação de seus "Passivos Contingentes" nos quais, com base na orientação de seus assessores jurídicos (especialistas internos), foram constituídas e atualizadas as provisões para contingência. As provisões são revisadas e ajustadas ao encerramento do exercício, para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas, com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.19 TRIBUTAÇÃO - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS E MUNICIPAIS: A Prodram recolhe os seguintes impostos e contribuições, originados das Receitas e Lucro: • Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Tributado pelo Lucro Real, com alíquota de 15% mais adicional de 10%; • Contribuição Social sobre o Lucro a alíquota de 9%; • PASEP/COFINS sujeita à apuração na modalidade não-cumulativa às alíquotas de 1.65% e 7.6%; parte da receita, referente ao Desenvolvimento de Sistemas, se sujeita à apuração na modalidade cumulativa, às alíquotas de 0,65% e 3%, respectivamente. • Contribuição Previdenciária sobre Receita Bruta à alíquota de 4,5%; • ISS - Imposto Sobre Serviço - Recolhimento sobre faturas emitidas com alíquota de 2,9%. 3.20 Receita financeira e despesa financeira: As receitas financeiras são compostas substancialmente, por rendimentos sobre aplicações financeiras de liquidez imediata. As despesas financeiras incluem juros passivos, multas de mora, despesas bancárias e impostos sobre operações financeiras. Essas despesas são reconhecidas pelo regime de competência. 3.21 Reconhecimento de receita: A receita é reconhecida de acordo com a NBC TG 47 (IFRS 15) - Receita com contratos de clientes, adotada pela Empresa a partir do exercício de 2018, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita, quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Empresa reconhece as receitas quando os serviços são prestados e devidamente aceitos pelos seus clientes.		APRESENTAÇÃO DOS SALDOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS															
1. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA																	
Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:																	
		2021	2020														
Caixa		18	18														
Bancos		5	5														
Aplicações financeiras (a)		113.303	127.653														
Total		113.321	127.671														
(a) Aplicação financeira: Refere-se ao Banco C.E.F no montante de R\$ 109.224 mil em 2021 (R\$ 125.365 mil em 2020), Banco do Brasil e Itaú, no montante de R\$ 3.052 mil e R\$ 1.027 mil, respectivamente (R\$ 2.289 mil em 2020).																	
2. CONTAS A RECEBER																	
Composição das contas a receber:																	
		2021	2020														
Faturas a receber		85.469	113.627														
Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa (-)		(41.373)	(49.151)														
Total		44.096	64.476														
Abaixo demonstramos a concentração de faturas a receber por clientes:																	
		2021	2020														
Cliente																	
Secretaria Municipal da Saúde		32.669	33.057														
Autarquia Hospitalar Municipal		231	13.679														
Secretaria Municipal das Prefeituras Regionais		7.963	13.124														
Secretaria Municipal da Fazenda		5.817	6.742														
Secretaria Municipal de Cultura		4.088	6.016														
Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes		7.340	5.912														
Fundo Municipal da Saúde		5.237															
Procuradoria Geral do Município de São Paulo		365	2.893														
Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente		1.770	2.324														
Secretaria Municipal de Gestão		6.474	2.279														
Demais clientes		18.752	22.364														
Total		85.469	113.627														
A composição das contas a receber por idade de vencimento está assim representada:																	
		2021	2020														
Em 1º de janeiro de 2021		49.151	25.181														
Constituição de <i>impairment</i> de contas a receber		12.794	23.970														
Reversão de provisão para <i>impairment</i> de contas a receber		(20.572)	-														
Em 31 de dezembro de 2021		41.373	49.151														
Do montante dos créditos, R\$ 44 milhões, correspondente a 52%, são de competência do exercício de 2021, enquanto 48% referem-se a valores vencidos, de períodos anteriores até 30 de junho de 2021. A provisão para perdas foi constituída na sua totalidade dos créditos vencidos. O montante da provisão constituída de R\$ 41,3 milhões, corresponde a 100% dos créditos vencidos até 30 de junho de 2021. A reversão da provisão de R\$ 20.572 mil de PCLD em 2021 foi pela apuração realizada pela área financeira no encerramento do exercício, e a necessidade de tal ajuste, sendo que o saldo da provisão, de R\$ 41.373 mil reflete o total dos títulos vencidos há mais de 180 dias (06 meses) da data do balanço. Esses valores são reconhecidos pelo seu valor contratual e não são ajustados a valor presente.																	
3. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR																	
É composto pelo IRPJ/CSLL a compensar, decorrente de antecipações e retenção na fonte, valores retidos referentes a INSS, PASEP e COFINS a compensar e PASEP e COFINS a Recuperar.																	
Circulante		2021	2020														
IRPJ a compensar		13.088	2.066														
CSLL a compensar		3.298	7.266														
ISS retido na fonte		50	51														
INSS retido na fonte		2.973	2.936														
PASEP retido na fonte		93	79														
COFINS retido na fonte		425	361														
PASEP a Recuperar		36	72														
COFINS a Recuperar		164	332														
INSS - restituições requeridas		32	32														
Total		20.159	13.195														
CONSELHEIROS DE ADMINISTRAÇÃO																	
Alessandra Ber		André Tomiatto de Oliveira		Marcelo Iitro Takano		Benício Alves Teixeira - Eleito pelos empregados da Empresa Lei Municipal nº 10.731											
Alexandre Artur Perroni		Daniel Eduardo Edelmuth		Tarcila Peres Santos													
Alexandro Peixe Campos		Flavio Barbarulo Borgheresi															
DIRETORIA EXECUTIVA																	
Johann Nogueira Dantas		Maurício Gonçalves Pimentel		Luciano de Azevedo Farias Ferreira													
Diretor Presidente - PRE		Diretoria de Inovação e Arquitetura Organizacional - DAO		Diretor de Planejamento - DIPAR													
Antonio Celso de Paula Albuquerque Filho		Antonio Celso de Paula Albuquerque Filho		(representante dos Empregados da PRODAM)													
Diretoria de Infraestrutura e Tecnologia - DIT		Diretoria de Desenvolvimento e Operações de Sistemas - DDO		Marco Aurélio Trassoso													
Johann Nogueira Dantas		Johann Nogueira Dantas		Contador - CRC SP-322932/O-1													
Diretor de Administração e Finanças - DAF		Diretoria Jurídica - DUJ															
PARERE DO CONSELHO FISCAL																	
Os membros do Conselho Fiscal da EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A , abaixo assinados, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, constando do Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas. Com base nesse exame e nos esclarecimentos prestados na 637ª Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal realizada no dia 23/03/2022 , pelo Sr. Marco Antonio Fernandes, Gerente de Contabilidade e Administração de Pessoas (DAF/GFA), e ainda, do Relatório dos Auditores Independentes, elaborado pela empresa Sacho Auditores Independentes Sociedade Simples, datado de 15 de março de 2022, os Srs. Conselheiros manifestam PARECER FAVORÁVEL . Portanto, este Conselho Fiscal decidiu que tais documentos representam a efetiva situação econômico-financeira da empresa na data mencionada, e que reúnem condições para serem submetidos à apreciação e aprovação dos Srs. Acionistas, por ocasião da Assembleia Geral.																	
Luciano Felipe de Paula Capato		São Paulo, 23 de março de 2022.		Jesus Pacheco Simões													
Presidente do Conselho		Alessandro de Aguiar Freitas		Conselheiro titular													
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																	
Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando os assuntos quando aplicável, relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles																	
		2021	2020														
ISS retido sobre faturamento		996	-														
IRPJ Diferido (*)		796	37.122														
CSLL Diferido (*)		287	13.364														
PIS a Recuperar		147	-														
COFINS a Recuperar		677															